P. P. I.
PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.
GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA
Telef. 36 69 12 - 32 64 54

Centro de Documentação e de Publicações FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

RECORTES CLASSIFICADOS

IMPRENSA SEMANAL

EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL		ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUCALENSE		LUTA POPULAR	
PAÍS	27 julho	PODER POPULAR	

FIGURAS & FACTOS

Sem «benefício de dúvida»

DESEJARÍAMOS de Cassandra não ter possuído a vocação agourenta justificada pela presente conjuntura. Seria de bom grado que apareceríamos de baraço ao pescoço, confessando que as reservas por nós colocadas relativamente ao Presidente foram destituídas de fundamento e que, ao invés de quanto amiúde prognosticámos, Ramalho Eanes é o Presidente ideal, um político vertical e sem ambiguidades, the right man in the right place.

A realidade dos factos comprova, infelizmente, estarmos com a razão quando nos distanciávamos da corte eanista — composta, cremos, mais por fidelidades sinceras, apostando no homem que julgavam personificar o «25 de Novembro» em antinomia ao «gonçalvismo», que pelos arranjistas — e nos situámos na corrente, de início pequeno riacho e progressivamente tornando-se rio caudaloso, que manifestou desesperança em relação ao estadista demasiadas vezes titubeante, não poucas contraditório e muitas deixando adivinhar pendor que não se conciliava com o sentir nacional.

Será despiciendo perder tempo a falar do erro do Presidente ao optar pela indigitada primeiro-Ministro para formar Governo encarregado de gerir a Administração até ao próximo acto eleitoral. Muitos outros denunciaram o desacerto da escolha da personalidade que o Presidente indicou uma semana após ter afirmado que para chefiar o Executivo seria preciso pessoa que desse «garantias de independência e neutralidade durante o período eleitoral que mediará até às próximas eleições». Qualidades que estão longe de exornar Maria de Lurdes Pintasilgo, já que o seu apartidarismo não quer dizer apoliticismo, como é evidente, e o pensamento sócio-político que não esconde se aparenta a um determinado tipo de progressismo com larga difusão na época antecedente do «25 de Novembro».

Avulta bem claro o desacerto da escolha presidencial, tomada ao arrepio do pragmatismo de que julgávamos Eanes imbuído. Um desacerto que representa declarada hostilização a uma Frente Eleitoral que reúne — ironia do destino! — os Partidos que o conduziram ao Poder, excepção feita ao PS que até há pouco contra ele assestava incansavelmente as suas baterias. É sintomático o facto de o Executivo a chefiar por Maria de Lurdes Pintasilgo, decerto o mais «presidencial» de quantos Governos constitucionais passaram por S. Bento, contar com o apoio declarado do PCP, a adesão da central pró-comunista Inter-CGTP e a anuência, de princípio, dos socialistas, como não menos significativa se revela a circunstância de a ele se oporem o PSD e o CDS e as forças sociais que contrariam a colectivização da vida nacional.

A verificação deste surpreendente condicionalismo tornaria a bem dizer supérfluos quaisquer comentários. Mas na hora da verdade — quando urge assumir posições claras e todos os subterfúgios serão nocivos — há a acrescentar algo acerca do primeiro-Ministro que iremos ter e da desilusão que por mor dela ou através dela Ramalho Eanes provocou em quantos, e ainda eram muitos, confiavam na sua clarividência e nele viam o homem predestinado a encabeçar um projecto que proporcionasse a recuperação deste País de soluções adiadas. Descortinamos agora o motivo para a sua, dele, Presidente, decisão de fazer passar pela Assembleia da República o programa do novo Governo e quedamo-nos, estupefactos, com mais esta demonstração do irrealismo que impera em numerosos sectores. É que a primeiro-Ministro, que confessa ir governar 100 dias, terá mesmo um «programa» que pensa executar. Com o Parlamento dissolvido e impondo-se-lhe por missão principal, constitucionalmente, preparar o processo eleitoral, carece de legitimidade para tomar opções de fundo ou tentar, sequer, fazer modificações estruturais. Pretender influir, com a aplicação de um programa, na sociedade portuguesa e realizar em 100 dias de gestão o que os anteriores Governos não lograram levar a cabo em quinhentos dias cada um constitui expressão de irrealismo que quase toca as raias da insanidade. Isto quando se sabe que os ministros, mesmo se dotados dos atributos peculiares aos génios, mal terão tido ocasião, em metade desse espaço de tempo, de tomarem conhecimento adequado da problemática que passa pelas pastas a seu cargo. É caso para perguntar: quem se pretende iludir com tão grosseiro sofisma com que se subestima e despreza a capacidade de avaliação da opinião pública?

A futura Première **não merece, pois, o «benefício da dúvida» que sugeriu em entrevista para si favorável concedida à TV (há jornalistas «simpáticos», como foi, no caso, a entrevistadora que seria por ela chamada a chefiar os seus serviços de Imprensa...). Sem esconder a similitude do seu pensamento político com o projecto terceiro-mundista de Melo Antunes (o homem que, recorde-se, Eanes escolhe habitualmente para seu representante pessoal às Áfricas...), mas silenciando** (et pour cause?...) **a sua reacção perante a política antinacional do PCP, Maria de Lurdes Pintasilgo declara a sua disposição de ir em frente.**

Sabe o que quer e para onde vai — diz. Tão confiante está do seu papel, e com autoridade reforçada pelo inusitado da escolha (e não interessa saber se esta foi devida a pressão do Conselho de Revolução se a preferência pessoal ou se, o que é mais natural, a uma imiscuição dos dois factores), que não hesitou, em condenável incontinência verbal, divulgar urbi et orbi, **quando o silêncio corresponderia a mera prudência, ter acedido à possível indigitação do Presidente e depois, no momento em que as conveniências impunham a discrição, pois os Partidos não conheciam a decisão presidencial, clamar triunfalmente ter sido escolhida para o cargo. Incontinência verbal imperdoável que colocou mal o Presidente, relegado à condição de transmitir aos representantes dos Partidos o que estes sabiam através da Imprensa e da Rádio. Mas não só: também mostra de confiança reveladora do sustentáculo que lhe asseguraram.**

Nada temos contra a mulher que será primeiro-Ministro, designadamente o falar demasiado e antes de tempo... Não possuímos ilusões, porém, quanto aos seus propósitos, porque não é crível que modifique as opções ideológicas que a enformam, nem tentaremos desculpá-la por «benemeritamente», a exemplo dos seus predecessores, se prestar a fazer um «sacrifício» pelo País. Por não termos ilusões a tal respeito não lhe concedemos o «benefício da dúvida», que igualmente não é de atribuir a quem a nomeou, nem pela hipótese, por alguns alvitrada à guisa de explicação, de corresponder a estratégia a longo prazo. Em tempo de Democracia o jogo claro impõe-se e o Chefe do Estado, que tem defendido o princípio, deve tê-lo por paradigma da sua acção.

O tempo passa depressa e em breve veremos que Ramalho Eanes prestou um mau serviço ao País e com um executor, a primeiro-Ministro indigitada, que culmina com prejuízo pessoal uma carreira pública de razoável coerência. São só cem dias. Os 100 dias que igualmente mediaram entre o regresso de Napoleão a França e a batalha de Waterloo. E mais uma vez fazemos votos para de Cassandra não possuirmos de novo a vocação. Convictos estamos, porém, que dentro de três meses a reacção popular se exprimirá pela palavra que o visconde de Cambrone, que comandava o último quadrado da Velha Guarda napoleónica, proferiu em Waterloo quando o intimaram a render-se. A palavra que conspicuamente é de uso iniciar com um M ao qual se acrescentam quatro pontinhos: M.... Só que nalgumas alturas, como aquela, tal palavra está imbuída de um conteúdo honroso, que não a caracterizará quando a escutarmos finda a nefasta experiência que vai principiar. Dentro de 100 dias saberemos se assim é.

J. M. Pereira da Costa